

Nome: Jorge Filipe Figueiredo Fontes¹

Título: A revolução dos cravos revisitada, 45 anos depois.

Resumo: A revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que derrubou a ditadura salazarista-marcelista de 48 anos, popularizada como a “revolução dos cravos”, cumpre 45 anos. Nesta comunicação revisitaremos as diferentes fases dos dezanove meses do processo revolucionário mais radical que a Europa viveu desde o pós-guerra, que se encerra a 25 de Novembro de 1975. Especial atenção será dada ao papel da organização dos trabalhadores e controlo operário, à análise teórica das regularidades e singularidades da experiência na história das revoluções do século XX, e às suas consequências na tessitura actual da formação económico-social portuguesa.

Entre os golpes de Estado, a revolução avança.

O golpe militar de 25 de Abril, desdobra-se numa bifurcação, ao não resolver a questão do Estado (dimensão imperial e relação entre classes sociais) e regime (bonapartismos, constituinte e forma constitucional), a crise prolongar-se-á enquanto durar a indefinição.

Conta com a participação decisiva da população urbana da capital, que encurrala o regime no Largo do Carmo e se lança no ataque à sede da polícia política, a mobilização popular inaugura um processo revolucionário que desmantelando as estruturas políticas do regime, tende para cumprir essa tarefa, a ter de destruir os seus alicerces económicos, num elo em que a dinâmica antifascista se mescla em anticapitalista.

Assim, entre maio e junho, o país é atravessado por uma onda de greves, no qual a exigência de saneamentos e outras demandas de tipo democrático se combinam com reivindicações económicas e igualitárias. Reaparecem na Europa Ocidental organismos característicos da onda revolucionária mundial de 1917 a 1923, como os Comitês de Fábrica na Rússia, ou os Concelhos Operários de Turim.

Com efeito, nas empresas portuguesas germinam Comissões de Trabalhadores (CTs), normalmente eleitas após plenários, abrangendo todos os trabalhadores da unidade

¹ Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa.

(independentemente da profissão), sob o princípio da sua revogabilidade, mantendo-se sob forte controlo da assembleia de onde emanam, que retém o real poder soberano.

Na Junta de Salvação Nacional ensaiava-se uma solução política de tipo federal, neocolonial, e para conter o movimento reivindicativo dos trabalhadores, surge o Decreto-Lei 392/74, de 27 de agosto, regulamentando o direito à greve, ilegalizando grande parte das características que a mesma havia assumido desde o 25 de Abril.

Intensifica-se a repressão. Em resposta a uma greve convocada pela Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, o Aeroporto de Lisboa é colocado sob ocupação militar, ficando os trabalhadores sob a alçada da justiça militar, registando-se prisões e centenas de despedimentos. No estaleiro naval Lisnave, na manifestação de 12 de setembro, verificam-se dos primeiros sintomas de independência política da classe operária face ao governo, que vê frustradas as suas tentativas de impedir a demonstração.

Uma nova vaga de greves em agosto/setembro impulsiona a tentativa de mobilização de uma “maioria silenciosa” para conferir legitimidade a Spínola, subordinando-se o MFA e a Constituinte, no sentido da adoção de uma solução federal ou “neocolonial” capaz de proteger os interesses económicos monopolistas ultramarinos e de reprimir eficazmente o movimento operário e popular.

É convocada uma grande manifestação da “maioria silenciosa” sobre Lisboa, para o dia 28 de setembro. Perante a ameaça, MFA, PCP e Intersindical, mobilizam-se para impedirem a manifestação. Montam-se barreiras de civis e militares que revistam os veículos e prendem os ocupantes que transportavam armas. Nas principais cidades do País realizam-se manifestações, e sedes de partidos acusados de ligações ao antigo regime são assaltadas e destruídas.

A Interempresas: unidade e divisão das Comissões de Trabalhadores.

No contexto da onda de greves de maio, começou a esboçar-se uma forma de coordenação relativamente informal de trabalhadores das duas margens do rio Tejo, de CTs como as da Efacec, Lisnave, Setenave, Cergal, Applied Magnetics, Melka, ou delegados sindicais da TAP e a Comissão Pró-Sindical dos CTT, num máximo total de cerca 40 empresas, cuja designação varia até se fixar em Inter-Empresas.

Em muitas destas desenrolam-se lutas que não merecem a simpatia, ou convocam mesmo o apoio à repressão de Governo, MFA, PCP e Intersindical, estimulando-se assim a necessidade de solidariedade, ação conjunta e organização coordenada.

Em Janeiro/Fevereiro de 1975, com o agravamento da crise económica, e aumento do desemprego, desencadeia-se uma nova onda de greves. Convoca-se para 7 de fevereiro, uma manifestação de “caráter rigorosamente apartidário”, não sendo permitidas “palavras de ordem, nem estandartes” de “qualquer organização partidária”, sendo “contra os despedimentos, desemprego e toda a exploração capitalista”². A presença de uma esquadra da NATO no rio Tejo levará a manifestação a ser também pelo “fora a NATO” e pela “independência nacional”.

O Governo Civil de Lisboa cancela todas as manifestações de 7 a 12 desse mês, e o PCP “adverte a população”, pois a intenção destas “parece ser provocar perigosos confrontos”³. A proibição é não obstante ignorada, e junta cerca de 80 000 manifestantes que chegados à Avenida Duque de Loulé, deparam-se com os “comandos” do major Jaime Neves, mas gritando “em frente”, avançam pela faixa esquerda da avenida por entre o espaço aberto pela tropa. Na Praça de Londres, realizam um comício que termina com a confraternização dos trabalhadores com os soldados do COPCON⁴.

O ponto mais alto da Interempresas é também o início do seu declínio, num cenário marcado pelas divisões político-partidárias no mundo do trabalho. O PCP reorienta a sua tática e reúne 191 CTs na Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores, a 2 de fevereiro. O PRP vai criar os CRTSM (Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros) com representantes de 161 empresas e 21 unidades militares. A Efacec-Inel (que tinha sido a principal impulsionadora da manifestação) promove reuniões com outras empresas, num processo que desaguará na constituição da Intercomissões de Trabalhadores, e no I Congresso Nacional das CTs, realizado na Covilhã, a 27 e 28 de setembro de 1975, com 53 CTs com direito de voto e 42 observadoras, na qual adquire predominância o MRPP, estando também presentes pequenas delegações do PS e do PRT.

A tendência para a unificação das CTs será assim conduzida por diferentes lógicas de aparelho, não se verificando uma frente centralizada capaz de formular uma alternativa orgânica e programática assente nos organismos de democracia do trabalho nas unidades empresariais.

² CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 30 janeiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

³ “Nota sobre as manobras da NATO,” in *Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, 2º vol. (Lisboa: *Avante!*, 1976), 30.

⁴ “Grande manifestação operária no centro de Lisboa,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 8, 1975, 4.

Contrariamente ao mote insistentemente gritado: “o povo unido, jamais será vencido”, a tendência de fundo da revolução portuguesa, progressivamente acentuada à medida que a mesma se prolonga, será a divisão das suas forças. Sintomaticamente, nos dezanove meses de um dos maiores processos revolucionário do séc.XX, não se declara uma greve geral.

O Estado em movimento bonapartista.

O 11 de março de 1975, nova tentativa golpista contrarrevolucionária chefiada por Spínola, falhando faz ricochete, criando-se as condições para o desmantelamento monopolista (cujo símbolo máximo é a CUF), a nacionalização da banca e seguros, bem como das maiores empresas nacionais. Na superestrutura institui-se o Conselho da Revolução (CR). Este faz a “afirmação clara do princípio do controle organizado da produção pelos trabalhadores para objetivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento, segundo esquemas a definir com brevidade”⁵. Assim, a Secretaria de Estado da Indústria elabora um projeto de controlo da indústria metalomecânica pesada, em sete empresas do ramo (Cometna, Construtora Moderna, Sepsa, Mague, Efacec, Equimetal e Sorefame), às quais junta os estaleiros navais Lisnave e Setenave.

Para além do ensejo de controlo das alavancas económicas pela subordinação do trabalho à centralização estatal, almeja-se a menorização da democracia representativa, com o Pacto MFA-Partidos a definir o PR como máximo órgão de soberania, eleito por um colégio eleitoral constituído por duas assembleias (do MFA e Legislativa). Tendo a Constituinte apenas por missão única elaborar e aprovar uma Constituição, só após um período de transição de entre 3 a 5 anos, poderiam os trabalhadores e o povo português votar por sufrágio universal e direto numa Assembleia Legislativa.

A 25 de Abril de 1975 pela primeira vez na história portuguesa, realiza-se um acto eleitoral por sufrágio universal, para a Assembleia Constituinte. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves assegura que o país não está “numa fase de destruição da burguesia, nem esse é o nosso objetivo”, visando-se “um ‘controlo’ dos trabalhadores sobre a produção e a eficiência da produção, subordinada à coordenação de vários organismos a nível central”⁶.

⁵ “Conselho da Revolução apela à mobilização dos trabalhadores,” *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, abril 22, 1975, 3.

⁶ Augusto Gama, org., 239.

As forças programaticamente alinhadas oficialmente com uma via socialista para a revolução portuguesa obtinham um êxito retumbante. O PS vence com 37,9%, seguido de PPD (26,4%), PCP (12,5%), CDS (7,6%), e MDP/CDE (4,1%).

Caso a retórica política fosse sempre obrigada a contrair matrimónio indissolúvel com a substância prática, o CR teria algo mais do que uma razão formalista, quando no seu comunicado pós-eleitoral declara ter a maioria da população rejeitado a via social-democrata (reformista) da revolução, conforme expresso na Declaração de Princípios do PS, cujo secretário-geral Soares conclamava ser necessário que o “próximo patrão seja o poder dos trabalhadores”⁷. Contudo, como é sabido, se aparência e essência divergem, na revolução portuguesa, a dissociação entre forma e conteúdo atinge níveis de surrealismo extremo, pois a volatilidade da deslocação de forças “empurra” os sujeitos políticos para guinadas táticas radicais, adotando-se discursos ambíguos e “camaleónicos”.

A disputa entre diferentes legitimidades, característica de períodos de crise, acentua-se. A legitimidade dita “revolucionária” do CR e do MFA tinha a sua matriz no golpe de estado, é um órgão não eleito, maioritariamente apoiado pelo menos em grande parte do processo, mas não sufragado. A legitimidade dita “democrática” era subordinada ao Pacto, conferia apenas mandato constitucional. Ambas as legitimidades reclamam-se do objetivo socialista de uma sociedade sem classes. Esta divisão de legitimidades expressa na aparência, de um ponto de vista formal, duas táticas para alcançar um objetivo socialista. Mas na essência, um ano após a revolução, os trabalhadores só tinham votado ou para comissões de trabalhadores, de moradores e demais “órgãos de poder popular”, para sindicatos, ou para uma Constituinte a prazo, sem poderes legislativos e subordinada ao CR.

A Assembleia do MFA aprova o Documento Aliança Povo-MFA (DAPMFA), a 8 de julho. Neste, pugna-se por um CR como “órgão máximo da soberania nacional” numa orgânica da aliança Povo-MFA, onde as CTs e comissões de moradores (CMs) são integradas em assembleias locais, de onde emergiriam em diferentes fases, assembleias populares distritais, assembleias populares regionais e uma Assembleia Popular Nacional, órgãos nos quais participa o MFA.

O PS acusa o DAPMFA de dar “cobertura à instauração de uma ditadura” do MFA, por não prever a existência de um PR, “instituir uma Assembleia Popular Nacional formada por eleição em quarto ou quinto grau e em votação por braços levantados”, em substituição de uma

⁷ “Não se constrói o socialismo queimando papéis e bandeiras,” *Diário de Lisboa*, março 20, 1975, 4.

Assembleia Legislativa eleita por sufrágio universal, direto e secreto (como constante no Pacto MFA-partidos), e pretender “tutelar militarmente” as CTs e CMs⁸.

Na vertigem bonapartista, a maioria da “esquerda revolucionária”, impotente, começará a alinhar-se com o “gonçalvismo”, que isolado, procura uma síntese aceleradora do processo, mas precipita-se o fosso de “legitimidade” entre a exigência de “dissolução da Constituinte” e a não existência de uma alternativa orgânica “de baixo” assente nos chamados “órgãos de vontade popular”, conduzindo uma parte a uma vertigem putschista que combina contraditoriamente o “não à guerra civil” com apelos à insurreição.

Sob o chapéu-de-chuva do “socialismo” abrigam-se quase todas as forças políticas, conferindo-se à situação política, pese embora todo o seu dramatismo, um carácter por vezes burlesco, de comédia de enganos. Assim, enquanto o PRP argumenta que o “projeto de poder popular vem ao encontro da nossa proposta”, membros do CR como o “almirante vermelho” Rosa Coutinho em discurso no congresso patronal da CIP, onde se discute o “papel da iniciativa privada numa sociedade em transição para o socialismo”, afirmam lamentar a “falta de confiança mútua patrão-operários, problema básico que urge resolver para estabilizar a economia”⁹.

O IV Governo Provisório (GP) é abandonado pelo PS na sequência do «caso República», seguindo-se um «nado-morto», o breve V GP. O poder político-militar é concentrado num Directório, que expressa, de certo modo três vias, que se estreitam em duas. A “gonçalvista” de «aliança povo-MFA», tenazmente aclamada pela Intersindical, e perante a qual a direcção do PCP vai discretamente alimentando uma prudente desaproximação, é forçada devido ao estreitamento da sua base de apoio, a conjugar esforços com a via “otelista” (Documento do COPCON) concitando-se a euforia da chamada “esquerda revolucionária”. Por fim, o plano melo-antunista, dos “moderados” defensores de “uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem” através de um “sólido bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia”, para que a transição se realize “gradualmente, sem convulsões e pacificamente”¹⁰, campo político no qual se aninhará toda a vasta fronda contrarrevolucionária democrática e não-democrática.

O controlo operário e o controlo estatal da produção: estudo de caso.

⁸ “No fundo é instaurar apenas uma ditadura,” *Diário de Lisboa*, julho 11, 1975, 10.

⁹ “Rosa Coutinho no Congresso da Indústria, Acabar com a dominação do poder económico sobre o poder político,” *Jornal Novo*, julho 12, 1975, 4.

¹⁰ “Documento dos Nove” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 238-241.

No âmbito da nossa tese de doutoramento¹¹, realizámos um estudo sobre uma CT e o controlo operário, numa unidade industrial estratégica, que pensamos inédito em Portugal, e raro a nível mundial, o qual aproveitámos e reciclámos para este caso de estudo. Faltam todavia mais investigações centradas nas unidades de metalomecânica pesada e ligeira, nas principais empresas nacionais e multinacionais, nos transportes, capazes de nos entranhar nas lutas disputadas nos túneis subterrâneos que fazem deslocar as grandes placas tectónicas da economia política das classes sociais.

Como vimos, o 11 de Março precipita o controlo político da economia, e da produção, começando a suceder-se os planos que exprimem essa necessidade.

No Conselho Económico do IV GP, a 7 de maio de 1975, o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas apresenta um projeto de decreto-lei relativo ao controlo operário. Considerando-se a “urgente necessidade de reconhecer o direito ao controlo organizado da produção” (i.e. verificando-o como um *a priori factum*), postula-se que o mesmo “não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”. Limita-se o direito das CTs ao controlo, restringindo-o às existentes, e em detrimento de comissões sindicais ou delegados sindicais. Estipula-se as tarefas destes órgãos em: “emitir parecer e garantir a execução” dos “planos gerais da empresa”; “contribuir para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção”, “velar pelo cumprimento dos programas do Governo” e garantir “o cumprimento rigoroso de medidas de austeridade económica que o Governo adote”¹².

Em alternativa, apresenta-se um outro documento, elaborado pelo secretário de Estado da Indústria, João Martins Pereira, que define o controlo da produção como “uma ação, por parte dos próprios trabalhadores, tendente a assegurar que a unidade produtiva (ou setor) em que se inserem está a ser utilizada da forma mais adequada, tendo em visto o esforço coletivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista”. Defende-se que assembleias gerais de trabalhadores elejam “comissões de controlo da produção”, ou atribuam à CT ou comissão sindical já existente (ou a parte delas) essa incumbência¹³.

A impotência do movimento operário em se centralizar e desenvolver uma alternativa programática independente atrela-o aos projectos de controlo emanados do aparelho de Estado,

¹¹ Jorge Fontes, “História do movimento operário da Setenave 1974-1989” (Dissertação de Doutoramento UNL/FCSH, 2016) Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/20190>

¹² “Controlo Operário da Produção,” in Controlo Operário em Portugal (I), Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 792-794.

¹³ Controlo Operário em Portugal (I), Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 769-772.

aos planos castrenses, e às disputas partidárias. Assim, a 5 de Junho de 1975, todas as CTs do projectado comissariado da metalomecânica pesada aprovam o respectivo projecto, e as lideranças laborais das principais empresas reclamarão sucessivamente a aplicação dos diplomas de controlo como panaceia para a crise económico-productiva. O projeto de controlo da produção será aprovado pelo V GP, mas quedará carente de promulgação presidencial.

A Setenave, empresa de construção e reparação naval, em Setúbal, ponta de lança do desenvolvimento monopolista industrial (CUF) em associação com capital externo (sueco e holandês), equipada para construir gigantescos navios petroleiros, que abasteceriam a refinaria de Sines com o crude de Cabinda, constitui um excelente exemplo do curso dos acontecimentos. A partir de Maio de 1974 constitui-se uma representação laboral na forma de um Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS), cuja direcção política vai alternando por entre as vicissitudes do processo, apresentando contudo a peculiaridade de ser das poucas grandes empresas industriais dirigidas pela “esquerda revolucionária” até ao 25 de Novembro. Após uma primeira vaga “espontânea” de reivindicações exitosas (aumentos salariais, um mês de férias, décimo terceiro mês de salário, etc.), no início de 1975 desenvolve-se uma luta prolongada pela redução do leque salarial, que se prolonga no Outono “ardente” em disputa pelo controlo da empresa nacionalizada pelo V GP.

Em 6 de outubro, o administrador por parte do Estado, Moura Vicente, dirige uma “Carta aos trabalhadores da Setenave”, publicada no jornal *Expresso* e noutros, no qual traça um retrato do estaleiro: “A situação económica (produção atual e perspectivas) e financeira (saldo de receitas e responsabilidades) da Setenave é verdadeiramente desesperada”. Segundo este, “o abandono dos locais de trabalho é frequente; a produtividade é muito fraca; os tempos mortos são enormes; a autoridade dos chefes é contestada; a disciplina está deteriorada; as relações estão prejudicadas pela ‘invasão da empresa’ dos conflitos políticos; o desinteresse de grande número de trabalhadores aumenta a par das tensões e disputas; desmobilizam-se as capacidades de trabalho”. Deste modo: “Diretores, gestores, operativos demitiram-se já ou apresentaram os seus pedidos de demissão. E até o delegado do Governo se encontra demissionário”¹⁴.

O CTS e os delegados sindicais respondem estar “de acordo que existe um clima indisciplinado”, mas os motivos prendem-se com: “falta de trabalho, pelas demissões dos gestores das responsabilidades que lhes competem no processo, pelo receio de serem contestados nas atitudes que tomem, quer por desenquadramento no processo político, quer por consciência

¹⁴ O Administrador por parte do Estado. Moura Vicente, *Carta aos trabalhadores da Setenave*, (s.l., 6 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

da sua reduzida capacidade”. Reclamam a “institucionalização e prática” do decreto-lei do controlo operário elaborado pelo VGP¹⁵.

A 14 de outubro, a Administração propõe o “controle da empresa pelos trabalhadores”, no qual dois representantes dos trabalhadores fariam parte integrante da Comissão Administrativa (composta por três vogais nomeados pelo Governo), com idênticos poderes e obrigações ou com papel de observação e acompanhamento dos trabalhos e decisões da Comissão¹⁶. Numa Assembleia Geral de Trabalhadores da Setenave, a 16 de outubro, aprova-se, por unanimidade e aclamação, que o controlo operário “deverá ser feito a partir das bases para controlo da gestão da empresa”, e assim sendo o “repúdio do esquema de cogestão apresentado” e de “qualquer outro que tencione comprometer os órgãos representativos dos trabalhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração”¹⁷.

Decide-se ainda encetar um processo de discussão dum programa de controlo operário, que a futura CT deveria aplicar. Apresentar-se-ão cinco alternativas, mas a votação só irá tomar lugar após o 25 de Novembro. Entretanto, a 30 de Outubro, o CR aprovará o supramencionado projeto de controlo da produção, mas mais uma vez não chega a ser promulgado pelo PR.

Deste modo, apesar de abundantes, os planos e projectos de controlo não chegam a ver a luz. Contudo, como vimos, este é reconhecido como realidade. Esta contradição expressa dois processos sociais distintos, embora apareçam por vezes como idênticos na ambiguidade semântica e confusão ideológica, características do período. Na nossa hipótese, distinguimos entre controlo da produção e controlo operário. Enquanto o primeiro procura integrar os órgãos dos trabalhadores no aparelho de Estado, em nome da batalha da produção, facilitando-se a aplicação da austeridade governamental; o segundo precede o primeiro, e exprime o conflito social dentro das grandes unidades, e o impasse na sua resolução, pois ao contrário das pequenas empresas nas quais os trabalhadores conhecem melhor os “segredos da produção” e tendem para a autogestão, nas indústrias complexas a força de trabalho encontra-se mais dependente do saber dos engenheiros e quadros técnicos.

Quando no estaleiro, utilizando a terminologia leninista em voga, “os de baixo já não querem viver como antes, mas não sabem para onde ir, e os de cima já não podem viver como antes, mas não têm para onde ir”¹⁸, é o controlo operário que se anuncia, revela. Fenómeno transitório, instável e curto, tal como a situação que o enforma. Que retrograda desvanecendo-se

¹⁵ O CTS e os delegados sindicais, *Comunicado n.º2*, (s.l., 9 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁶ O Administrador Moura Vicente, *Aos Trabalhadores da Setenave*, (s.l., 14 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁷ O CTS e delegados sindicais, *Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores de 16.10.75*, (s.l., 16 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁸ Lenine, “The Collapse of the Second International,” *marxist internet archive*, tradução nossa, acesso a setembro 25, 2015, <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/ii.htm#v21pp74h-212>

isoladamente, ou avança conservando-se em metamorfose, mudando de qualidade, transformando-se em Estado. Como afirmava um operário da Setenave entrevistado em outubro de 1975 para o documentário *Setúbal, Ville Rouge*, exprimindo sintomática e exemplarmente a ambiguidade da definição do conceito e da situação: “ainda não estamos bem no controlo operário, mas havemos de chegar lá”¹⁹.

A resolução militar da crise política.

O processo aberto por um golpe militar, por outro seria encerrado. Não haveria uma tomada do Palácio de Inverno, a sua analogia mais verosímil no caso português, o cerco a São Bento de 12 de Novembro, testemunha a radicalidade e força do operariado, mas simultaneamente a sua fraqueza. A sua acção dirige-se contraditoriamente contra um subproduto da sua vitória democrática, a conquista do sufrágio universal após meio século de ditadura militar, sem conseguir opor à “democracia burguesa”, uma alternativa orgânica de “democracia operária” de tipo “soviético”.

Seja pela imaturidade das «condições objectivas», ou pelo freio colocado pelas organizações políticas, a dessincronização entre o apodrecimento da crise do Estado e o parto de uma nova autoridade e legitimidade, conduzem a revolução portuguesa a uma sorte diferente da experiência russa. A consubstanciação das bifurcações programáticas expressar-se-á no âmago dos detentores do monopólio do armamento.

No alinhamento dos blocos políticos, o posicionamento face ao VGP será um divisor de águas. Como vimos, o “gonçalvismo” acochado, procura compensar o seu definhamento, lançando pontes à “esquerda revolucionária”. Constitui-se deste modo a Frente de Unidade Popular (FUP), englobando PCP, MDP, FSP, LCI, LUAR, MES e PRP, numa articulação entre o apoio ao VGP e ao Documento do COPCON, a 25 de Agosto no Centro de Sociologia Militar da 5.^a Divisão, que é suspensa pelo CR no mesmo dia.

Dois dias depois, a 27, o COPCON ocupa e encerra a 5.^a Divisão, e realiza-se uma manifestação da FUP, sob as palavras de ordem: “V Governo, transição para a Revolução”, “Abaixo a social-democracia” e “Dissolução da Constituinte, já!”²⁰.

¹⁹ *Setúbal Ville Rouge*, Daniel Edinger e Michel Lequenne (1976).

²⁰ “Palavras de ordem,” *Diário de Lisboa*, agosto 27, 1975, 20.

O PCP não apoia medidas destrutivas face à “atual Assembleia Constituinte”²¹ e Cunhal propõe um “último esforço na busca de uma solução comum e global”, através de encontros entre representantes do PR, GP e CR, esquerda militar, Grupo dos Nove e COPCON, PCP, participantes no projeto da criação de uma ampla frente revolucionária e PS²². O PRP acusa-o de “conciliação” com o PR e o PS, e de “traição” às organizações com quem se comprometeu, aos militares revolucionários, a Vasco Gonçalves e às suas bases²³. O PCP “sai” da FUP (argumentando nunca ter chegado a entrar), que se transmuta numa Frente de Unidade Revolucionária (FUR) defensora dum Governo de Unidade Revolucionária e da dissolução da Constituinte.

Vasco Gonçalves sai de cena, substituído no cargo de primeiro-ministro por Pinheiro de Azevedo. O VI GP volta a contar com a presença de PS e PPD, e um só ministro comunista. Contra este ergue-se um campo, do PCP à FUR, da Intersindical às CTs e CMs de variadas tendências, da esquerda militar ao “otelismo”, que perecerá carente de coesão e direcção.

A base do PCP está com o “gonçalvismo”, seduzida pelo “otelismo” e hostil ao “melo-antunismo”. O PCP aposta na conciliação com o “melo-antunismo” e apoia-se no “otelismo”. A FUR com o “otelismo” em aliança com o “gonçalvismo”. O PS, MRPP e AOC, com o “melo-antunismo”, a que se junta toda a direita.

O governo “suspende funções” a 20 de Novembro até que o PR lhe garanta “condições indispensáveis ao exercício das suas funções e autoridade”²⁴. As direcções do PS e do PPD transferem-se para o Porto. O CR substitui Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa. Agrários e pequenos proprietários levantam barricadas em Rio Maior, cortando os acessos a Lisboa.

Pela manhã de 25 de novembro, paraquedistas de Tancos ocupam o Comando da 1.ª Região Aérea, em Monsanto, e bases da Força Aérea, exigindo a demissão do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva (que pouco tempo antes tinha mandado passar à disponibilidade 1000 paraquedistas), bem como dos conselheiros da Revolução Costa Neves e Canto e Castro.

O PR convoca Otelo a Belém e assume o comando direto do COPCON. Pelas 16.30, Costa Gomes decreta o estado de emergência em Lisboa, e os comandos da Amadora avançam,

²¹ “Para uma crise global soluções globais,” *Avante!*, agosto 28, 1975, 2.

²² “Impõe-se um encontro de forças progressistas para salvar a revolução portuguesa,” *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 9.

²³ “Conciliação do PCP pode gerar guerra civil,” *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 6.

²⁴ “VI Governo faz Lock out,” *Diário de Lisboa*, novembro 20, 1975, 1.

neutralizando unidades opositoras²⁵. A Intersindical apela a uma paralisação geral, piquetes nas empresas e concentrações junto às unidades militares²⁶. Mas o PCP não permite a saída dos fuzileiros, dirigidos por si²⁷, e desmobiliza num “golpe de rins” as ações civis da Intersindical²⁸.

O Forte de Almada é cercado por cerca de 10 000 trabalhadores da Lisnave e Setenave, que pedem armas²⁹. Otelo revelará que em Belém, recebe um telefonema do comandante do Forte, Rosado da Luz, a quem instrói no sentido de se efetuarem tiros de aviso, caso alguém galgasse os muros, “e, se alguém quiser saltar, fogo nele! Atira-lhe num joelho!”³⁰.

Melo Antunes, na RTP, descarta os caminhos de “retorno direto ou indireto às formas de organização capitalista da sociedade”, que considerou “para sempre cortadas”. Afirma que “a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável. Não me parece que seja possível sem o PCP construir o socialismo”³¹.

O VI GP retoma funções a 28 de novembro. São presos e emitidos mandados de captura a militares de esquerda, acusados de “golpismo”. Os Nove (com um plano preparado desde o verão) derrotam a esquerda militar, num “golpe” que simultaneamente contém os seus aliados, que vão até à extrema-direita. Pinheiro de Azevedo discursa ao País: “Eis o pacto que proponho ao País, nesta hora de reconciliação nacional: o Governo governa, os trabalhadores trabalham, as Forças Armadas vigiam, as instituições funcionam, a Revolução avança”³². A 5 de dezembro, Eanes toma posse da chefia do Estado-Maior do Exército, para “fazer do Exército uma força apartidária, consciente e decididamente ao serviço do Povo e da revolução democrática e socialista”³³.

Deste resultado do 25 de novembro, que consagra a democracia representativa (assembleia legislativa), assegura a legalidade de sindicatos, CTs, CMs, partidos de esquerda e, constitucionalmente, as “conquistas irreversíveis” em “transição socialista”, resulta um relativo equilíbrio, alimentam-se teses de prosseguimento da revolução e de não existência de uma “democracia burguesa”. Mas o regresso à “pureza inicial” acabará por constituir, como previa

²⁵ Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos do PREC* (Lisboa: Expresso/Público, 2006), 401.

²⁶ Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 297.

²⁷ Raquel Varela, “História da Política do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos (1974-1975)” (Dissertação de Doutoramento, ISCTE/IUL, 2010), 277.

²⁸ Maria Manuela Cruzeiro, “25 de Novembro-Quantos golpes afinal?,” *Centro de Documentação 25 de Abril*, acesso a outubro 9, 2015, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>

²⁹ Rosado da Luz, entrevistado por Raquel Varela, julho 2012.

³⁰ António Louçã, António Nabo, “Otelo: motivos de “arrependimento” no 25 de novembro,” *RTP Notícias*, acesso a junho 20, 2016, http://www.rtp.pt/noticias/25-novembro1975/otelo-motivos-de-arrependimento-no25-de-novembro_n876040

³¹ “Melo Antunes na televisão: recuperar o PCP,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 271.

³² Pinheiro de Azevedo, *A revolução avança. Comunicação feita ao país pelo primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, no dia 28 de novembro de 1975* (Lisboa: Ministério da Comunicação Social, Direção-Geral da Divulgação, 1975), 5-6.

³³ Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *abril nos quartéis de novembro* (Amadora: Bertrand, 1979),

então Ferro Rodrigues, a “adequação das instâncias políticas, económicas e ideológicas às necessidades de um desenvolvimento capitalista em Portugal”³⁴.

17 teses e hipóteses sobre «Abril».

- 1) Passadas mais de quatro décadas do processo histórico português mais importante para a história do séc. XX, o sujeito social protagonista, o mundo do trabalho, continua a ser em grande medida um ausente da historiografia, da biografia ou da memória deste período.
- 2) A revolução portuguesa assume uma magnitude que surpreende os contemporâneos, por se inscrever na crise económica mundial que encerra os «trinta gloriosos», ser o sobreproduto da revolução anticolonial africana, e o destacamento mais avançado da onda revolucionária aberta com o Maio francês e seu epílogo.
- 3) Com a derrota da burguesia monopolista, e a incapacidade do proletariado em se tornar dirigente da nação, as forças armadas em «movimento» garantem a continuidade do Estado, que assume o controlo político de grande parte da economia, mantendo as relações sociais de produção capitalistas.
- 4) A mutação orgânica da natureza de classe do Estado não se verificará. O Exército, mesmo em crise e dividido, mantém, no final de contas, o fio da sua unidade, corporizada na figura cimeira do Estado, Costa Gomes. Ao contrário da letra da *Internacional*, as armas não se viram contra os generais.
- 5) Ao contrário do objetivo proposto pelo projeto de controlo de produção, ou seja, “não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”, este conduz e contribui para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interfere no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes.
- 6) O controlo operário pressupõe a existência de patronato e Estado capitalista, pois caso contrário não poderia existir controlo operário, mas sim controlo e administração do “Estado operário” (ou pós-capitalista) sobre os meios de produção. Como edifício estatal

³⁴ s.a. *A Natureza de classe do 25 de Abril, depoimentos de Ferro Rodrigues, Piteira Santos e Mário Murteira* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974), 12.

alternativo em gestação e construção, nega-se quando se cumpre. Não poderá ser cogestão, na medida em que tal acarreta a partilha da gestão produtiva conciliando interesses que estão em disputa, nem autogestão, pois o controlo operário da produção tem de ser exercido sobre alguém. Quem controla quem? E o quê? A dificuldade radica portanto em determinar a partir de que grau concreto de controlo operário o mesmo existe, e inclusive se este poderá existir “fora” de uma situação pré ou revolucionária, anunciando-a ou realizando-a.

- 7) A “dualidade de poderes” assume uma grande extensão “horizontal”, mas escassa verticalização. Apesar da generalização de comissões de trabalhadores, moradores, e da desagregação do Exército, esses organismos não se coordenaram ao estilo “soviético”. Na cidade de Setúbal constitui-se talvez o ponto mais avançado dessa tendência, no chamado Comité de Luta.
- 8) A reverberação da relação de forças existente no texto constitucional, cristalizando-se as conquistas operárias e os seus organismos democráticos (controlo operário, CTs, sindicatos, etc.) dentro da casca parlamentar constitucional do Estado que se mantém ininterruptamente capitalista, conduz ao paradoxo de uma “recuperação capitalista” *real* dentro de uma *formal* “República socialista”, na qual os vencidos do 25 de Novembro se associam à defesa do regime.
- 9) O relativo equilíbrio que resulta do 25 de Novembro, e estabelece o PS como partido charneira do regime da II República, cria o pacto social constitucional que produz o Estado Social, enquanto subproduto da vaga revolucionária.
- 10) A “recuperação capitalista” acarreta a dissolução do pacto social *real*, em nome de um pacto social *formal*, à medida que se esvazia lentamente a participação dos organismos dos trabalhadores no aparelho de estado num esboço de concertação constitucional planificadora, substituída pela criação e autonomização de um órgão de tipo neocorporativo, ampliado num Conselho Económico Social, que imerso numa economia de mercado, ocupa o lugar constitucional do Plano, emergindo progressivamente um novo padrão de relações laborais assentes na precariedade da força de trabalho.
- 11) A saída de cena do exército enquanto dirigente directo da nação, subordinando-se ao poder civil, produz-se por fases, à medida que se afasta a possibilidade estratégica de ultrapassagem da democracia representativa parlamentar, por uma revolução social. A contrarrevolução irá devorando os seus filhos, excomungando-se o melo-antunismo e o eanismo como excrescências antidemocráticas, das quais se liberta a “sociedade civil”.

- 12) A relativa «independência nacional» dentro do mercado mundial, desarticulados os “centros de racionalidade” económica de base nacional, inviabilizadas as alternativas bonapartistas, ou de substituição sociológica do Estado, torna-se uma miragem, que não mobiliza o regime, cuja sobrevivência é melhor assegurada, sob um declínio lento, na integração subordinada à continentalidade europeia.
- 13) Forçando uma analogia, o Abril lusitano triunfa como o Fevereiro russo, mas o Outubro português é derrotado em Novembro. Nas suas consequências, com o triunfo da “contrarrevolução democrática” (Sousa Franco), abre-se a chamada “vaga de democratização” (Huntington), com efeitos políticos internacionais nas inúmeras mudanças de regime ditatoriais no fim do século XX. A ideologia «democrática» fortalece-se assim, abraçada pelo império como «vacina» contra-revolucionária mais eficaz que a produzida por Kissinger no Chile.
- 14) O «democratismo» luso sendo de mercado afastar-se-á da constituição de 76 para se entregar ao “europeísmo” consagrado em 86 como habitat único da ideia democrática, eclipsando-se a “independência nacional” como desígnio. A teorização das «elites» como “motor” da história cresce na medida em que a concertação e o pacto social se rompem com a derrota do movimento operário na sequência da crise de 83-84.
- 15) A transição socialista é reconstruída como transição democrática, num pós-marxismo que se também “democratiza” e “pluraliza” (eurocomunismo, perestroika, democracia avançada), numa voracidade em que o vazio deixado pelo pós-modernismo será ocupado por um neo-obscurantismo, à medida que a exportação “democrática” imperial esbarra no atoleiro afegão e iraquiano e na crise de 2008, e a multitude pluralista de narrativas começa a dar lugar ao (re) elogio do “facto” e à crítica das “fake news” enquanto arma contra os denominados “populismos”.
- 16) *Lo llaman democracia y no lo es*, a palavra de ordem que ecoa nas praças espanholas a clamar por *democracia real* fissa a visão conservadora de viés moralista que medrou na análise da transição espanhola como um sucesso, em contraposição à «via revolucionária» lusitana: ignorou que a transição pactuada, a reciclagem democrática do franquismo com restauração bourbónica que se consolida com o Regime de 78 e os *Pactos de la Moncloa*, abria espaço ao retardador, para o questionamento mais radical da natureza do Estado e do regime, quer pela via republicana, autonómica, ou de movimentos sociais e políticos que não são ou se sentem fundadores do regime, ao contrário do caso português, no qual os movimentos sociais abraçaram a constituição, o hino e a bandeira.

17) Contudo, o unanimismo abrilista enquanto auto celebração do momento fundador do regime é apenas aparente. A fuga em frente “rapidamente e em força” para a nova quimera pan-europeia foi a forma encontrada para um país que perdido o império, confrontado consigo, oscilou no fio da navalha da guerra civil, e por isso teme a solidão. Na esquina da história, à espreita de uma oportunidade, estão as contradições magmáticas que se expressaram em março e novembro. Nos combates do futuro, se decidirá do destino da história da revolução portuguesa.